

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

A seguir, apresenta-se o balancete de verificação de uma sociedade anônima aberta do setor de varejo, que deseja participar de processos licitatórios. Atualmente, essas são todas as contas patrimoniais da empresa, que estão apresentadas em ordem alfabética, com os respectivos saldos em módulo e em reais.

contas	saldos
ações em tesouraria	500
caixa	100
capital social	3.000
clientes	600
contas a pagar em 3 anos	1.500
contas a receber em 1.000 dias	2.500
depreciação acumulada	200
estoques	500
fornecedores	200
impostos a recolher	100
máquinas	700
provisões cíveis	100
reserva legal	600
terrenos	800

Com base nessas informações e no balancete hipotético precedente, julgue os itens seguintes.

- 51** O total do ativo da referida empresa é de R\$ 5.500.
- 52** No balanço patrimonial da empresa, a conta ações em tesouraria é classificada no ativo circulante.
- 53** As disponibilidades da empresa em questão totalizam R\$ 100.
- 54** O índice de liquidez seca da empresa em apreço é inferior a 2,00.
- 55** Os valores das contas a receber em 1.000 dias devem ser calculados e apresentados considerando-se seu valor presente.
- 56** A conta provisões cíveis engloba os processos cíveis cuja perda e consequente saída de recursos tenham sido classificadas pela empresa como prováveis ou possíveis.

Em relação aos aspectos contábeis das sociedades anônimas, julgue os itens que se seguem, com base nas normas aplicáveis no Brasil.

- 57** A demonstração do resultado do exercício tem como objetivo apresentar o valor das riquezas econômicas geradas pela entidade, bem como mostrar a forma como tal riqueza foi distribuída para a sociedade.
- 58** A característica qualitativa da informação financeira útil segundo a qual as informações devem ser completas, neutras e livres de erros é denominada compreensibilidade.
- 59** Considere que um analista tenha acesso a apenas uma demonstração de certa empresa e deseje conhecer o percentual do resultado do exercício que foi distribuído como dividendos no mesmo período. Nesse caso, o analista poderá consultar tal informação na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- 60** Considere que, em uma economia inflacionária, uma entidade tenha realizado vendas de uma quantidade determinada de estoques de mercadorias em um período. Nesse caso, considerando que todas as demais características sejam constantes, a venda de estoques com custos avaliados pelo método do primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS) geraria maior lucro do exercício do que a mesma venda de estoques com custos avaliados pela média ponderada móvel.

A respeito do patrimônio público, seus componentes, sua variação e mensuração, julgue os itens a seguir, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- 61** Se não for possível realizar uma estimativa confiável do valor da obrigação, ainda que seja provável uma saída de recursos para a sua extinção, a provisão não deve ser reconhecida, impondo-se sua divulgação como um passivo contingente.
- 62** O passivo permanente é assim classificado por constituir valores exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.
- 63** No método da soma dos dígitos, a depreciação de um ativo imobilizado implica depreciação acumulada maior ao fim da vida útil que no método linear, visto que, naquele, há uma depreciação acelerada.
- 64** O nascimento de um semovente é uma geração natural de novo ativo, independentemente da intervenção de terceiros, e, portanto, classificado como uma variação patrimonial aumentativa.

Julgue os seguintes itens, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

- 65** Ainda que o fato gerador tenha ocorrido simultaneamente à liquidação, é necessário valer-se da conta “crédito empenhado em liquidação”.
- 66** O empenho de uma despesa é registrado mediante o débito em uma conta da classe 6, a qual identifica a dotação disponível para empenho e, como contrapartida, mediante um lançamento em conta da classe 2, que identifica a obrigação assumida.

Julgue os itens subsequentes, acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 67** A demonstração dos fluxos de caixa deve ser elaborada pelo método direto.
- 68** Dada a impossibilidade de aprovação de lei orçamentária com desequilíbrio entre receita e despesa orçamentárias, o balanço orçamentário refletirá o equilíbrio de tal forma que a dotação total atualizada esteja limitada à previsão atualizada da receita.
- 69** O resultado financeiro apurado no balanço financeiro não se presta à abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.
- 70** Para a elaboração do balanço patrimonial, são utilizadas contas de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

Em relação ao conceito de orçamento público, aos princípios orçamentários e ao ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

- 71** A fase de elaboração do ciclo orçamentário compreende os estudos em que são estabelecidas as metas e prioridades e as discussões sobre a elaboração das propostas parciais para consolidação ao projeto de lei orçamentária anual a ser encaminhado pelo Poder Executivo.
- 72** Caberá a comissões permanentes específicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, separadamente, examinar e emitir parecer sobre projetos de lei relativos às leis orçamentárias.
- 73** O princípio da unidade prevê que o orçamento deve ser uno, isto é, todas as receitas e despesas devem ser contidas em um único orçamento.
- 74** Conforme seu conceito moderno, o orçamento representa um instrumento disciplinador das finanças públicas e cumpre a função principal de possibilitar um controle político sobre o Poder Executivo.

Acerca do orçamento público no Brasil, da receita pública e de créditos adicionais, julgue os itens seguintes.

- 75** Uma despesa decorrente de lei de crédito especial aberto no penúltimo mês do exercício financeiro e empenhada no último mês desse exercício deverá ser inscrita em restos a pagar no último dia desse mesmo exercício.
- 76** Em razão do princípio da exclusividade, é vedada a inclusão de dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa na lei orçamentária anual (LOA), tal como a autorização para abertura de créditos suplementares.
- 77** Os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, com o objetivo de custear as despesas de capital, devem ser classificados como receitas de capital.
- 78** A abertura de um crédito relativo a uma obra pública sem previsão na lei orçamentária anual (LOA) em vigor e sem necessidade de execução urgente deverá ser realizada por meio de lei que crie crédito especial.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsequentes.

- 79** Os tribunais de contas devem alertar os Poderes Legislativo e Executivo caso constatem que os montantes das respectivas dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites.
- 80** O anexo de metas fiscais, presente no projeto da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), deverá estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, assim como os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Em relação a impostos, taxas e contribuições, julgue os itens a seguir.

- 81** A cobrança do IPVA submete-se à anterioridade anual e os respectivos valores arrecadados podem ser destinados a ações relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.
- 82** As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- 83** Os estados e o DF poderão instituir contribuição para custeio, expansão e melhoria do serviço de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, sendo lícita a sua cobrança no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que a instituir.

Com base na Lei Complementar n.º 116/2003, julgue os itens seguintes.

- 84** Na base de cálculo do ISSQN devido no caso de serviços de reparação, conservação e reforma de edifícios, inclui-se o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos.
- 85** Uma empresa com estabelecimento no município A que presta serviço de execução de obra, no caso, demolição, no município B deverá pagar o ISSQN para este último ente federado.

No que tange à EFD-Contribuições, ao e-Social e à EFD-Reinf, julgue os próximos itens.

- 86** A EFD-Reinf tem por objeto a escrituração de rendimentos pagos e retenções de imposto de renda, contribuição social do contribuinte relacionadas ao trabalho e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas.
- 87** A EFD-contribuições é um arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) para ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no regime de apuração não cumulativo ou cumulativo.

À luz das Instruções Normativas n.º 1.234/2012 e n.º 2.110/2022 da Receita Federal do Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 88** O estagiário será considerado segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social se não for observado o requisito de celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e cumprimento de todas as obrigações nele contidas.
- 89** A União deverá fazer a retenção dos valores de imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) nos pagamentos da prestação de serviços realizados por instituições de educação, ainda que sem fins lucrativos.
- 90** Em caso de pagamentos efetuados por órgão federal em favor de pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços, com acréscimos de juros e multas por atraso no pagamento, a retenção do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da COFINS e do PIS deverá incidir sobre o valor da nota fiscal, excluídos os referidos acréscimos.

Julgue os itens a seguir, a respeito da legislação que trata de improbidade administrativa, defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos e acesso à informação.

- 91** Considere que um cidadão tenha apresentado reclamação formal sobre atrasos na coleta de lixo urbano por meio do portal eletrônico da prefeitura. Considere, ainda, que o órgão responsável tenha emitido um protocolo de recebimento, realizado a análise do caso, obtido informações complementares junto à empresa terceirizada, e, após decisão administrativa final, tenha informado ao cidadão que os horários seriam ajustados para atender à demanda da região. Nessa situação, a conduta do órgão está em conformidade com os princípios da eficiência e celeridade previstos na Lei n.º 13.460/2017.
- 92** As disposições legais acerca da improbidade administrativa são inaplicáveis a particulares, ainda que estes induzam ou concorram para a prática de atos de improbidade, pois a lei se rege exclusivamente a atuação de agentes públicos.
- 93** Considere que um agricultor familiar tenha solicitado isenção de taxa para emissão de um documento público, alegando baixa renda, mas o servidor público tenha se recusado a processar a solicitação até que o agricultor apresentasse declaração de renda autenticada, sob o argumento de que poderia haver fraude na informação fornecida. Nesse caso, a conduta do servidor está de acordo com a legislação e os princípios da administração pública.
- 94** Se um gestor público deixar de aplicar penalidade a uma empresa contratada com base em jurisprudência recente, mas os órgãos de controle posteriormente discordaram, em face de interpretação jurisprudencial divergente, então, nesse caso, a ação do servidor não configura improbidade, pois decorreu de divergência interpretativa fundamentada em jurisprudência.

**95** Considere que um cidadão tenha solicitado informações sobre contratos administrativos ao setor financeiro de determinada autarquia federal e, após o indeferimento do acesso, tenha interposto recurso, no prazo de 10 dias, à autoridade superior, que manteve a decisão de negativa. Nesse caso, se desejar recorrer, o cidadão deve se dirigir à Controladoria-Geral da União (CGU) com um novo pedido, conforme a Lei de Acesso à Informação.

Em relação a controle da administração pública, seus tipos e forma de execução, controle pelos tribunais de contas e contencioso administrativo, julgue os itens subsecutivos.

**96** Os tribunais de contas, no exercício de sua função de controle da administração pública, podem apreciar a legitimidade, a legalidade e a economicidade dos atos administrativos, com foco na fiscalização das atividades financeiras do Estado.

**97** Embora a função jurisdicional seja atribuída ao Poder Judiciário, os tribunais de contas possuem competência constitucional para realizar o julgamento das contas de administradores e responsáveis por bens e dinheiros públicos; essa competência caracteriza-se como um julgamento técnico e administrativo, em que o termo julgamento está associado ao exercício da jurisdição sobre contas dos gestores públicos.

**98** O controle classificado como de ofício, exercido pelo órgão controlador, quando este entender conveniente, é o controle que se aplica quanto ao tempo, podendo ser prévio, concomitante ou subsequente, conforme o momento em que o gestor decide agir.

**99** O sistema de jurisdição caracteriza-se pela existência de uma única ordem de jurisdição, que, apesar de ter as versões ordinária e administrativa, convergem para o julgamento de litígios que envolvem a administração pública.

**100** O controle realizado pelos tribunais de contas é classificado quanto ao poder, órgão ou autoridade que o exerce como controle externo, podendo ser associado às funções judicial ou administrativa.

Acerca dos conceitos, dos objetivos e do exercício da auditoria, do risco de auditoria, das evidências e da amostragem, julgue os itens a seguir.

**101** No que se refere a amostragens de estoques, o auditor pode definir a distorção tolerável com base apenas em inconsistências na descrição dos itens do inventário, sem necessidade de estabelecer um limite monetário para as distorções.

**102** Ao realizar uma amostragem para auditoria de contas a pagar, o auditor deve combinar procedimentos de auditoria, como a inspeção física de documentos e a análise de transações registradas nos sistemas contábeis, para assegurar que a população amostral seja completa e representativa.

**103** No trabalho de asseguarção razoável, o auditor independente deve abster-se de reduzir o risco do trabalho, devendo aceitá-lo como inerente ao processo de auditoria.

**104** Ao conduzir um trabalho de asseguarção envolvendo a avaliação de ativos biológicos em uma entidade do setor agrícola, o auditor independente pode atuar mesmo sem possuir conhecimento técnico aprofundado sobre agronomia, desde que assegure que a análise seja conduzida de maneira competente e conforme os requisitos da asseguarção, por equipe que possua capacidade e competências apropriadas.

**105** Mesmo em situações de maior risco de distorção relevante, a obtenção de pouca evidência, mas considerada de alta qualidade, é suficiente para fundamentar a conclusão do auditor, eliminando a necessidade de buscar maior quantidade de evidências.

Acerca de procedimentos de auditoria, das NBC TSP, controle de qualidade na auditoria e perícia contábil, julgue os itens a seguir.

**106** Considere que, em um processo judicial, o perito-contador tenha sido solicitado a responder a um quesito sobre a divergência de valores apresentados em um balanço patrimonial e que, durante a elaboração da resposta, ele tenha identificado um erro de digitação e corrigido o equívoco por meio de uma nova versão do documento. Nessa situação, o perito-contador atendeu à exigência da norma pericial, que não permite emendas ou rasuras, garantindo a clareza e a validade da resposta apresentada aos quesitos.

**107** Ao identificar flutuações ou relações inconsistentes durante os procedimentos analíticos, o auditor deve examinar essas diferenças por meio de indagação à administração para obter explicações sobre as inconsistências, e, se necessário, aplicar outros procedimentos de auditoria, como a revisão de documentos ou a realização de testes substantivos, a fim de obter evidência adequada e relevante.

**108** Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) não podem ser reelaborados ou adaptados para atender a finalidades específicas de determinados usuários, em razão da vedação de discriminação no fornecimento de informações contábeis públicas.

**109** A investigação foi excluída do rol de procedimentos da perícia contábil, pois está mais associada à auditoria e aos processos policiais, não sendo adequada para instrumentalizar o laudo ou parecer pericial contábil.

**110** Os procedimentos do revisor de qualidade do trabalho de auditoria são menos extensos para trabalhos que apresentam menor quantidade de julgamentos significativos, em face da menor complexidade das decisões a serem avaliadas.

Julgue os itens a seguir, referentes a técnicas orçamentárias.

**111** A expressão monetária dos recursos alocados é uma característica que distingue o orçamento-programa de outras técnicas orçamentárias.

**112** No orçamento clássico ou tradicional, a elaboração orçamentária tem viés incremental, objetivando a introdução de pequenos ajustes nas receitas e despesas.

Os princípios orçamentários são evidenciados em normas gerais que, por sua relevância e abrangência, fundamentam o processo orçamentário no âmbito das entidades públicas. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

**113** A necessidade de classificação das despesas de acordo com os fins ou objetivos e os respectivos meios decorre do princípio da programação.

**114** O fato de o projeto de lei orçamentária do exercício de determinado ano não ser votado até o encerramento do exercício anterior implica o descumprimento dos princípios da publicidade e da transparência.

Considerando o contexto normativo dos instrumentos de planejamento orçamentário, tais como plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA), julgue os próximos itens.

**115** A compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes na LDO deve ser demonstrada em anexo que acompanha a LOA.

**116** Os objetivos e metas da administração pública a serem estabelecidos no PPA para um dado período restringem-se às despesas relativas aos programas de duração continuada.

**117** Quando houver descumprimento de alguma das metas fiscais definidas para determinado exercício, impõe-se a indicação, no anexo de metas, das respectivas medidas mitigadoras.

**118** As metas de política fiscal devem ser estabelecidas na LDO, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.

Receitas e despesas públicas devem ser adequadamente apresentadas nos instrumentos de planejamento e nos relatórios de acompanhamento e prestação de contas para subsidiar as atividades de controle e transparência da execução orçamentária. A respeito das classificações orçamentárias, julgue os itens subsequentes.

**119** A classificação por esfera orçamentária permite identificar se uma despesa integra o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social ou o orçamento de investimento das empresas estatais.

**120** Tanto as receitas orçamentárias quanto os ingressos extraorçamentários devem ser classificados segundo a natureza da receita.

---

**Espaço livre**

---